



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
Procuradoria da República no Ceará

**Segue espelho de correção das questões. Assinala-se que, por se tratar de provas subjetivas, em relação às quais se garante a não-identificação dos candidatos, a qualidade dos argumentos postos em debate pode implicar em notas diferenciadas ainda que as soluções propostas sejam distintas daquelas apontadas pelo examinador, especialmente considerando a multiplicidade de soluções no que toca às peças processuais, uma vez sejam devidamente fundamentadas em entendimento jurisprudencial ou doutrinário.**

1. Ao consagrar o pluralismo político e a igualdade no que tange aos direitos e garantias fundamentais a Constituição Federal de 1988 reconheceu a necessidade de conciliação entre as diversas culturas. Em razão desse fato, tem-se uma forte relação entre o multiculturalismo, democracia e direitos fundamentais.

A questão demanda dos candidatos o reconhecimento da importância de tais institutos no direito brasileiro, sendo necessário apontar a relevância dos direitos fundamentais e seu caráter de relatividade, evitando que uma cultura que pregue, por exemplo, a intolerância, venha a ser implantada.

Sendo atribuída à questão o total de 3 pontos, a obtenção da pontuação máxima pressupõe a abordagem dos temas acima referidos, distribuídos da seguinte forma: 1 ponto para o exame da democracia como sistema através da qual se conciliam as culturas e direitos fundamentais; 1 ponto para o exame do que vem a ser o multiculturalismo e 1 ponto para a necessidade de observância aos direitos fundamentais pelas diferentes culturas<sup>1</sup>.

---

1 MACHADO Segundo, Hugo de Brito. Fundamentos do Direito. São Paulo, Atlas, 2010.

2. O tema prático proposto na questão exige a análise dos seguintes pontos: competência da Justiça Federal para o processo e julgamento, tendo em vista a veiculação das imagens na rede mundial de computadores, segundo entendimento jurisprudencial majoritário (1 ponto), encontro fortuito de provas (1 ponto) e, por fim, reconhecimento da nulidade absoluta ante o julgamento por juízo incompetente (1 ponto).

3. Com base no relato fático, demanda-se dos candidatos a elaboração de uma denúncia em razão do cometimento de crime tipificado no artigo 2º da Lei nº 8.176/90 em concurso com o delito do artigo 55 da Lei nº 9.605/98. Assim, a elaboração da peça adequada conferia ao candidato 1 ponto; a qualidade da denúncia, com a observância às regras do artigo 41 do Código de Processo Penal 2 pontos, e a indicação dos tipos penais adequados 1 ponto.